

ESTUDO EXPLORATÓRIO
SOBRE A COMUNIDADE
"DESLOCADA DE GUERRA"
DO BAIRRO DE URBANIZAÇÃO,
NA CIDADE DE MAPUTO
Uma Perspectiva Sociológica

Alice Santos Silva*

Socióloga e Investigadora do Instituto Nacional de Planeamento Físico

Estudos Moçambicanos (13), Maio de 1993, pp.77-121

* Com agradecimentos a Carlos Muge pelo apoio gráfico



**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE
A COMUNIDADE "DESLOCADA DE GUERRA"
DO BAIRRO DE URBANIZAÇÃO,
NA CIDADE DE MAPUTO**

Uma Perspectiva Sociológica

O presente artigo baseia-se num trabalho de pesquisa sociológica, realizado durante o ano de 1990 no decurso de um Projecto financiado pela Agência HABITAT, das Nações Unidas, sediado no Instituto Nacional de Planeamento Físico, em Maputo.

Subordinado ao tema genérico dos Deslocados de Guerra, este estudo pretendia dar a conhecer os aspectos fundamentais da realidade social recente destas comunidades quando desinseridas do seu meio original, de modo a analisar os seus problemas actuais e expectativas futuras, com vista à sua refixação nos locais de origem após o fim da guerra.

Por exiguidade de meios, foram estudadas apenas duas comunidades "deslocadas": uma localizada num bairro suburbano da cidade de Maputo (Bairro de Urbanização) e a outra ocupando uma área com características rurais – a Ilha da Inhaca.

No texto que se apresenta de seguida, apenas se falará do que foi a pesquisa realizada sobre a comunidade deslocada residente, ainda hoje, no Bairro de Urbanização.

No actual momento, em que a paz é já uma realidade e começam a surgir algumas condições para o retorno das populações rurais ao seu habitat originário, é de toda a importância analisar que efeitos teve o ambiente urbano sobre as populações que se refugiaram nas cidades, paralelamente às sequelas físicas e psicológicas deixadas pela guerra. Quando tanto se fala em "refixação de deslocados de guerra nos locais de origem" é também pertinente questionar que estratégia deverá ser tomada para incentivar o retorno dessas comunidades deslocadas ao ambiente rural após tantos anos de tentativa de adaptação à vida numa grande cidade.

NOTA METODOLÓGICA

Através da escolha de um plano de amostragem representativa, foi desenvolvido o processo de entrevista com 64 famílias do Bairro de Urbanização, contemplando um total de 587 pessoas (em média, nove pessoas/família).

Do questionário aplicado à população-alvo constava o seguinte conjunto de "indicadores":

1. Dados urbanísticos da zona de fixação
2. Tipologia da habitação
3. Equipamento colectivo existente
4. Organização administrativa da comunidade
5. Anteriores condições de habitabilidade
6. Grau de mobilidade residencial desde o local de origem até à fixação actual
7. Aspectos demográficos e psicossociais da população
 - . origem da população
 - . natalidade, mortalidade e pirâmide etária
 - . estrutura ocupacional (activ. profissional e fontes de rendimento)
 - . nível de escolaridade
 - . tipologia das experiências de guerra
 - . problemas sentidos, desejos expressos e expectativas futuras

Foi com base na interacção destes indicadores e das múltiplas conversas com informadores qualificados, para além da recolha documental possível, que elaborámos o relatório que dá origem a este artigo, o qual se refere a dados de 1990/91.

É de salientar, no entanto, que as ilações que aqui apresentamos não devem ser vistas como verdades irrefutáveis, na medida em que se tratou de um estudo exploratório com o objectivo de fornecer algumas pistas que permitissem uma reflexão mais profunda sobre esta problemática.

1. "DESLOCADOS DE GUERRA" – CONCEITO E ORIGEM DO FENÓMENO EM MOÇAMBIQUE

Como afirma Martin-Baro, a guerra "dada a sua dinâmica, tem tendência a converter-se no fenómeno mais envolvente da situação de um país, no processo dominante ao qual todos os demais processos sociais, económicos, políticos e culturais se subordinam e que afecta, quer directa quer indirectamente, todos os membros da sociedade"¹.

Em Moçambique, a existência de uma guerra durante mais de uma década é disso prova evidente.

Desorganizada a vida económica e social, o país viu-se, ainda, a braços com milhões de pessoas "deslocadas" dos seus locais de origem, desprovidas de todos os seus bens, traumatizadas pela perda ou rapto de familiares, sem saberem onde dormir e o que comer. Foram, sobretudo, os camponeses, as vítimas desta corrente migratória forçada. Deslocando-se das áreas rurais do país, procuraram as cidades e seus arredores em busca de segurança e formas de sobrevivência.

Desenquadrados do meio que os circunda, sofrendo toda a espécie de carências – alimentares, sanitárias e económicas – os "deslocados" constituem um dos fenómenos mais preocupantes da realidade moçambicana actual, quer pela sua dimensão numérica, quer pelo impacto negativo no processo de reabilitação económica e social em curso no país.

1.1. A dimensão do fenómeno

Ao verificar-se a distribuição da população por província, no último Recenseamento Geral da População, datado de 1980, e comparando-a com os quadros estatísticos do DPCCN acerca do

(1) "Political violence and war as causes of psychological trauma in El Salvador" - artigo publicado no "The Guardian", 14 Jan. 1990 - pp. 23 - 25.

número de pessoas "deslocadas" no país, no fim de 1991, constata-se que mais de 2 000 000 de pessoas não se encontravam no seu local de residência habitual.

Adicionado a este número, existiam ainda, nessa altura, cerca de 1 500 000 pessoas refugiadas em países vizinhos de Moçambique, segundo dados da CENE.

Mas, para além destes, sabemos que existem, ainda, milhares de pessoas fixadas nos subúrbios das cidades que não recebem qualquer apoio formal e sobre as quais não se conhece nem a dimensão numérica real nem os tipos de problemas que enfrentam para sobreviver.

1.2. Situação na Província de Maputo

No que se refere especificamente à Província de Maputo, não há dados fidedignos sobre o número de população "deslocada" que vive junto das sedes distritais e muito menos se conhece a quantidade de "deslocados" que se fixaram nas cidades de Maputo e Matola. No entanto, calcula-se que o número de pessoas presentes nestas urbes seja muitíssimo superior ao total que se encontra distribuído pelo resto da Província.

O Recenseamento de 1980 apontava a existência de 718 334 habitantes na cidade de Maputo. Através de uma análise projectiva efectuada em 1988, estimava-se que esse número tivesse subido para 1 042 200 pessoas. Hoje, pensa-se que a cidade e seus arredores sejam habitados por uma população rondando 1 500 000 pessoas.

No espaço de pouco mais de uma década, a população da capital quase que duplicou. O factor fundamentalmente responsável por esta situação é, sem dúvida, o afluxo maciço de milhares de famílias "deslocadas" dos diversos pontos do país com predominância das oriundas de todos os distritos da província de Maputo.

Para além de "deslocadas" de guerra, segundo a conceptualização dos serviços de Emergência² estas famílias

(2) "População deslocada" - refere-se a pessoas que foram forçadas a abandonar o seu local normal de residência por razões alheias à sua vontade, encontram-se num Centro de Acomodação e, ainda não reconstituíram a sua base de produção. Perderam os seus meios de produção e o poder de compra de alimentos. Necessitam de apoio em ajuda alimentar gratuita e de instrumentos de produção

são-no também em termos sociológicos pois, na nossa aceção, "deslocado" deve ser considerado o que não estando no seu habitat normal se encontra num espaço físico e social desconhecido que o obriga a alterar os padrões de vida habituais e a desenvolver mecanismos de adaptação que lhe possibilitem a sobrevivência. É esta a situação que encontrámos na comunidade de "deslocados" de guerra do Bairro de Urbanização – Distrito Urbano nº 3 da Cidade de Maputo.

2. O BAIRRO DE URBANIZAÇÃO – SUA APRESENTAÇÃO

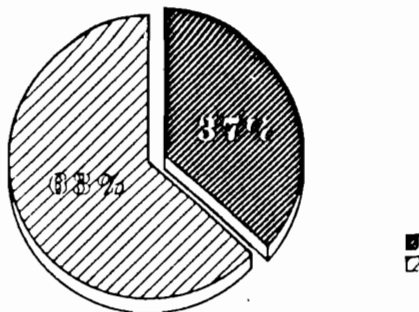
O Bairro de Urbanização é um dos aglomerados da área de caniço da cidade de Maputo. Localizado entre as avenidas de Angola e Acordos de Lusaka é limitado, a Norte, pelo Aeroporto Internacional de Mavalane; a Sul pelo Bairro da Mafalala; a Este, pelo Bairro do Maxaquene; e, a Oeste, pelo Bairro do Aeroporto.

A sua origem remonta à década de 30, altura em que nele habitavam apenas 20 famílias. Com o passar do tempo e o crescente aumento populacional das zonas em volta da cidade colonial de Lourenço Marques (actual Maputo), o Bairro foi crescendo em número de habitantes e espaço ocupado.

Conta actualmente com uma área de 103 ha, da qual mais de 70% não é urbanizada e por onde se distribui uma população avaliada em 9 757 pessoas, repartidas por 1 644 agregados familiares. Do total dessas famílias, 37% são "deslocadas" de guerra, o que equivale a cerca de 4 000 pessoas.

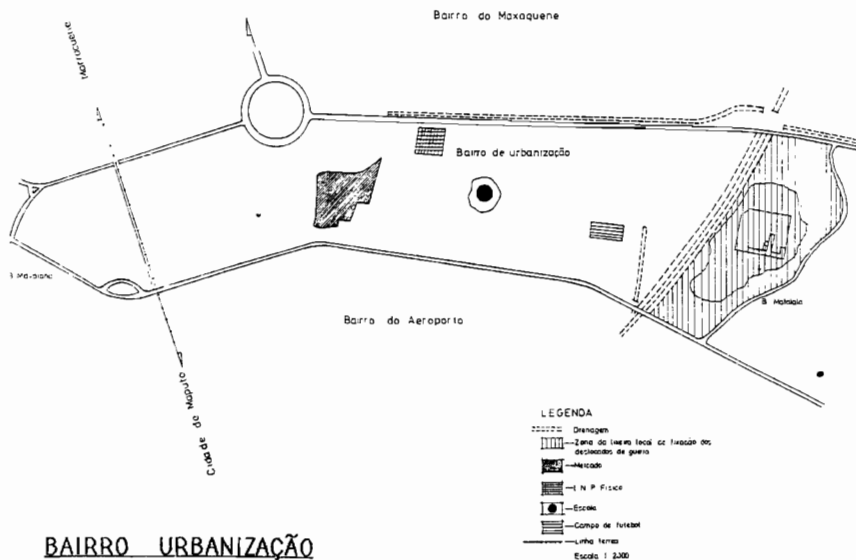
que lhes permita, num determinado período de tempo, restabelecer a auto-suficiência alimentar ou recriar os rendimentos" - In: "Enfrentar o desafio", de Prakash Ratilal. Ed. Globo, Maputo, 1990.

Gráfico I - Nº de famílias residentes no Bairro de Urbanização



Tal como acontece em todos os outros Bairros periféricos da cidade de Maputo, o Bairro da Urbanização tem vindo a ser procurado actualmente como refúgio das populações provenientes de todos os distritos da Província de Maputo. Ocasionado por este facto, a densidade populacional do bairro subiu vertiginosamente (estima-se que existam 160 hab/ha) e todas as suas zonas livres foram ocupadas, conforme pode ser visto na planta abaixo

II. Planta do Bairro de Urbanização



BAIRRO URBANIZAÇÃO

3. OS "DESLOCADOS" DO BAIRRO

- *Ele era um camponês que andava preso em liberdade pela cidade. Mas o modo como olhava para as casas, e o modo como reparava nas ruas, e a maneira como dava pelas coisas, é o de quem olha para as árvores e anda a reparar nas flores que há pelos campos...*

*Alberto Caeiro
(heterónimo de Fernando Pessoa)*

3.1. Início do fluxo e formas de fixação

O primeiro grupo de famílias que se fixou no Bairro de Urbanização chegou em 1988. Nessa altura, não eram mais de 20. Instalaram-se junto aos limites do bairro, onde viviam já algumas famílias não-deslocadas.

É a partir de 1989 que se inicia o afluxo massivo de famílias inteiras. Embora se verifique existirem muitos "deslocados" alojados em casa de familiares-moradores antigos do bairro, o seu número é muito menor comparando com o quantitativo dos que vieram erguer a sua própria habitação fora dos limites estabelecidos do aglomerado.

Até 1989, o bairro era constituído por 22 quarteirões onde habitavam 1 043 agregados familiares (seis pessoas agregado). Em 1985, foi construída uma drenagem de modo a resolver o problema dos terrenos alagadiços existentes em diversas áreas do bairro. Este facto levou à transferência da população residente nesses locais para outros pontos dentro do mesmo. Hoje, essa zona está completamente repleta de famílias "deslocadas", tal como toda a área ocupada pela antiga lixeira, onde se localizam os quarteirões 24, 25, 26 e 27.

À medida que novos aglomerados de casas vão surgindo, mais alta se torna a densidade populacional dentro da lixeira. Segundo um inquérito realizado em Agosto de 1990 pelo Grupo

Dinamizador, este era habitado por 6 431 pessoas distribuídas pelos 22 Quarteirões a que corresponde uma área de 72,9 ha. A densidade populacional era de 88.2 pessoas/ha. Só na lixeira, com uma área de 14.7 ha, vivem hoje cerca de 3 000 pessoas o que equivale a 204 pessoas/ha – uma densidade três vezes maior que a do resto do bairro.

Em conformidade com este facto, não foram observadas quaisquer regras de fixação deste recente aglomerado. As casas construídas de diversos tamanhos e diferentes tipos de materiais, distribuem-se quer pelas áreas alagadas (impróprias para a fixação de pessoas) quer pelas áreas que se encontravam reservadas para a construção de infra-estruturas de recreação, e que iriam contemplar os moradores de todo o bairro.

A exiguidade do espaço para tão grande número de famílias levou a que, numa primeira fase, o GD atribuisse a cada família "deslocada" um talhão com a dimensão de 10 x 10 m. Com a "avalanche" que se registou posteriormente, este não conseguiu manter o controlo da situação e hoje encontramos famílias com um talhão muito superior ao estipulado pelo G.D. e outras que só possuem o espaço confinado à própria habitação. Muitas destas estão praticamente a viver umas em cima das outras, sem qualquer possibilidade de terem a sua intimidade familiar e um espaço de reunião fora da casa-elemento, tão importante para as famílias que sempre viveram em zonas rurais.

Aliada a esta desorganização do espaço físico, encontramos também sintomas de desorganização social. Esta surge sempre que existem transformações culturais e sociais no modo de viver das populações que deixam o campo para habitarem as cidades.

3.2. Origem geográfica, local da anterior residência e tempo de residência no local actual

A população deslocada deste Bairro é maioritariamente natural da Província de Maputo. Das pessoas que entrevistámos 55% eram de Maputo, 24% da Província de Gaza, 7% de Inhambane, 2% de Cabo Delgado e 0,3% de Niassa. Esta distribuição mostra claramente que a cidade de Maputo é essencialmente um local de refúgio das populações rurais circundantes da sua zona de influência.

Ainda em termos de naturalidade, os que nasceram na

Província de Maputo são predominantemente dos distritos de Magude (60%) e Manhiça (28%). Dos que nasceram na cidade de Maputo, 85% são crianças entre os 0 e os 7 anos, portanto já nascidas depois de as suas mães terem fugido do local de origem.

Comparando os dados da naturalidade da população com os da última residência de cada uma das famílias da amostra verificamos que a sua esmagadora maioria sempre viveu na área do distrito onde nasceu.

Existem algumas excepções, nomeadamente, em relação aos que tendo nascido em Pemba e Lichinga vieram fixar residência na Província de Maputo em virtude de terem casado com mulheres naturais desta região, encontrando-se a trabalhar na cidade já desde o início da década de 80. Este facto, no entanto, não assume significado quantitativo dentro do conjunto da população, apesar de revelar uma das características dos fluxos migratórios do campo para a cidade. Atraídos pelas melhores oportunidades de emprego e de facilidades de vida, os homens apresentam a tendência para deixar a sua terra de origem em direcção aos pólos urbanos, primeiro sozinhos, mais tarde transferindo também a família. Nesta comunidade, encontramos alguns casos concretos que ajudam a dar consistência a esta afirmação:

– Em quatro famílias entrevistadas no quarteirão 20, os respectivos chefes já residiam na cidade de Maputo mesmo antes de a guerra ter começado, embora a mulher e os filhos tivessem continuado a viver no campo. A insegurança provocada pelos ataques na zona de residência da família fizeram com que esta viesse para junto do seu chefe. Destes quatro homens nenhum possuía casa própria: dois viviam com irmãos; um com familiares mais afastados e, o último, numa pequena arrecadação existente no estaleiro de construção da CETA, seu local de trabalho. A chegada das mulheres, filhos e até outros parentes como pais, sogros e irmãos implicou a necessidade de arranjar um novo local para habitar e a construção de uma casa.

Do total das famílias entrevistadas, 34 (53%) vieram directamente do local de residência habitual da família, no distrito de origem, para o Bairro da Urbanização. As restantes 30 (47%) permaneceram noutros locais antes de se fixarem no Bairro.

Conforme pode ser observado na imagem seguinte, das que não vieram directamente do local de origem 24 viveram noutros bairros periféricos da cidade durante períodos que oscilam entre os

dois meses e os seis anos.

As razões para a saída desses locais onde estavam são muito diversas embora, na sua maioria, as famílias apontem, por um lado, estarem a viver com outros familiares em espaço muito reduzido e, por outro lado, terem sabido que a ocupação do espaço da lixeira era permitido a populações "deslocadas".

Das restantes 6 famílias, 2 viveram com familiares em bairros do interior da cidade (Baixa e Alto Maé), e 4 em distritos rurais da Província. Estas 4 famílias não pretendiam vir para a cidade. Tendo fugido das suas aldeias por estas terem sido pilhadas, dirigiram-se para outros distritos que ofereciam segurança na esperança de, mais tarde, poderem regressar ao seu local de origem. No entanto, também essas áreas se tornaram em alvos de guerra, levando a que, mais uma vez, as pessoas tivessem de procurar outro local de refúgio, que acabou por ser a cidade de Maputo.

Gráfico III - Último local de permanência antes da fixação definitiva no Bairro de Urbanização

LOCAL	PERMANÊNCIA							
	- 3 meses	3 - 6 meses	+6 -12 meses	+1 -2 anos	+2 -3 anos	+3 -4 anos	+4 -5 anos	+5 anos
Manhiça*			♣					
Moamba*					♣			
Marracuene*					♣			
Matola*					♣			
Bairros da Cidade de Cimento		♣	♣					
Bairros Periféricos da Cidade	♣♣♣	♣♣♣	♣♣♣♣ ♣♣♣♣	♣♣♣	♣	♣♣♣		♣♣♣

♣ - Família representada pelo chefe do agregado familiar.

* - Distritos que não são os da origem da família.

Relativamente ao tempo de residência das famílias em

ambiente urbano – indicador importante para análise do nível de integração destas no novo meio – existem diversas considerações a fazer. Em primeiro lugar, é fundamental que esta variável seja tratada em interacção com a mobilidade espacial das famílias, desde que estas saíam da sua zona de origem.

Do seu conjunto, 64% das famílias habitam no Bairro de Urbanização há mais de 6 meses e menos de 2 anos, o que tem directamente a ver com o recrudescimento da acção armada na Província durante os últimos 2 anos.

Os que se instalaram mais recentemente correspondem a 15% dos casos. É compreensível ser agora mais difícil a fixação de novas famílias, dado não haver praticamente espaço vago. Para além de encontrarmos casas em todos os recantos, existem casos em que carcaças de barcos e de carros substituem uma das paredes da habitação.

Relativamente aos que habitam no Bairro há mais de 4 anos, estes são pouco representativos em termos numéricos (apenas 7% do total de inquiridos) mas são os que quando inquiridos sobre as suas expectativas futuras, disseram já não pretenderem voltar à sua zona de residência anterior. Isto significa que, para estas pessoas, o processo de interiorização do "habitat" urbano já se iniciou.

As reflexões sobre os contornos deste fenómeno tem, primeiro que tudo, a ver com a finalização definitiva da guerra. As pessoas não estão dispostas a voltar à sua terra sem que tenham garantias efectivas de que o conflito armado terminou, daí "saltarem" de lugar em lugar em busca de segurança. No caso desta população, só a cidade de Maputo ofereceu tais condições durante todo o tempo em que houve guerra no país. À medida que o tempo vai passando as pessoas apresentam maior ligação com o meio.

Num estudo realizado por Michel Bassand sobre a mobilidade espacial, afirma-se que: "a mobilidade espacial é toda a movimentação da população no espaço físico, seja qual for a duração, a distância, os meios utilizados, as causas e as consequências desse movimento. Assim definida, engloba as migrações de todos os tipos, o que presuppõe a sua grande influência no modo de definição do espaço de uma sociedade"³.

Ainda segundo o autor, as características dos fluxos

(3) "La mobilité spaciale, un phenomene macroscopique - artigo publicado na revista "Sociedade e Território" - vol. 7 - rev. Estudos Urbanos e Regionais. Lisboa, Julho, 1988

migratórios campo-cidade têm revelado, nos últimos anos, que são as populações periféricas das grandes zonas urbanas que mais são atraídas pela vida urbana e que a ela melhor se adaptam. Por outro lado, num outro estudo sobre a mesma problemática⁴, a maior ou menor mobilidade espacial revelada por uma população calcula-se a partir do cruzamento das variáveis espaço/tempo de permanência dessa população em determinado local, após a saída do local de nascimento.

- Menor tempo de permanência (-6 meses a -1 ano) Maior distância (fora da Província de origem)

significam uma mobilidade espacial forte (propensão para mudar de local de residência com facilidade)

- Maior tempo de permanência (+ 5 ano) Menor distância (dentro da mesma Província)

significa mobilidade espacial fraca (estabelecimento de laços fortes com o local de fixação escolhido).

Estas duas perspectivas sobre o mesmo tema ajudam-nos a detectar, nesta população, potenciais indícios de fixação definitiva na cidade em grande parte das famílias entrevistadas, nomeadamente das mais jovens. Senão vejamos:

1. Para Michel Bassand, são as populações das áreas rurais sobranceiras aos grandes pólos urbanos que constituem o grosso dos caudais migratórios nas sociedades contemporâneas. No caso em estudo, a população "deslocada" do Bairro de Urbanização provém de distritos situados na mesma província que a cidade-capital.
2. Alberto Alarcão defende que maior ou menor propensão das pessoas para mudarem de local de residência com facilidade é directamente proporcional ao maior ou menor tempo de permanência da família num local mais ou menos próximo da terra de origem.

(4) Alarcão, Alberto - "Mobilidade Geográfica da População de Portugal" - Fundação Calouste Gulbenkian. Centro de Estudos de Economia Agrária- Lisboa. 1960

Segundo o critério que este investigador utilizou no seu estudo, existe mobilidade espacial forte quando a permanência num local fora do distrito de origem não é superior a 5 anos. Ora, como podemos observar neste estudo, mais de 50% das famílias entrevistadas já vivem na cidade há mais de 2 anos o que significa ser a sua mobilidade espacial intermédia.

Caso a guerra tivesse a tendência de continuar durante um tempo dilatado, poder-se-ia pensar que a população após viver 3 ou 4 anos num determinado ambiente, já teria tido tempo para organizar o seu ciclo de vida em função dos estímulos urbanos e, mesmo em situação de pobreza, não pretendesse deixar o tipo de vida que a cidade ajudara a construir.

3.3. Características demográficas actuais

As características demográficas, como sejam a idade e o sexo, andam intimamente ligadas a muitos aspectos da vida económica, social e política das sociedades.

Ao nível deste estudo, a caracterização demográfica da "população deslocada" assume-se como factor importante para o reconhecimento dos seus recursos humanos actuais bem como provisionais. Dessa quantificação sairá uma visão sobre quais as proporções de pessoas por cada um dos sexos, diferenças percentuais das que se encontram em idade activa relativamente às dependentes (crianças e idosos), o que é um bom indicador para, por um lado, verificar os estilos de vida das famílias e, por outro lado, avaliar a situação social e económica da comunidade global. Para além disso, permite-nos prever as necessidades dos seus diferentes grupos etários em termos de equipamentos colectivos e de infra-estruturas económicas – factor de grande peso para delineação de uma estratégia de refixação da população nos locais de proveniência.

A pirâmide etária da população-alvo do estudo revela as seguintes características:

- 57% da população situa-se nas classes de idade dos 0 aos 19 anos. Destes, 31% são do sexo masculino e 26% do sexo feminino;

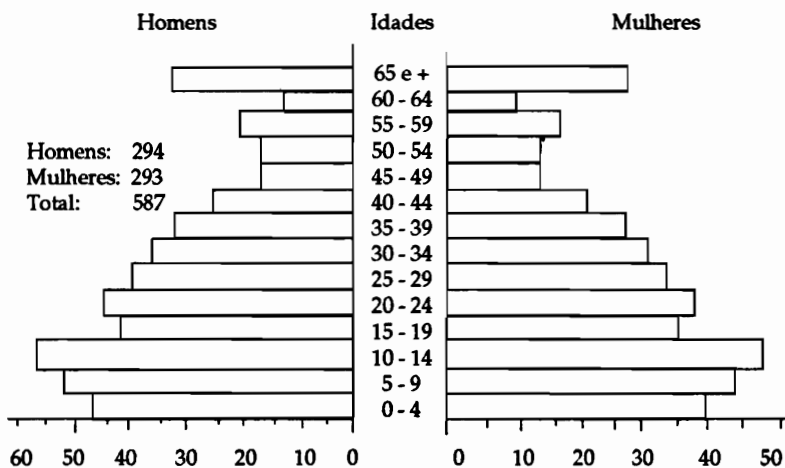
- 28% da população compreende crianças dos 0 aos 9 anos e os jovens constituem 29% da população total;
- As pessoas em idade considerada economicamente activa (dos 20 aos 59 anos) correspondem a 39% do total;
- Os indivíduos acima dos 60 anos, os quais, como iremos ver de seguida, são dependentes economicamente dada a impossibilidade de, em ambiente urbano, conseguirem desenvolver qualquer actividade remunerada, representam 5%.

Somando as crianças e os idosos resulta logo à partida, que 47% da população é suportada pela restante população (53%). Desta última, 38% corresponde a mulheres que, na sua maioria, não têm outra actividade senão as tarefas domésticas, o que pressupõe não terem qualquer remuneração.

- Ao nível das mulheres, estas encontram-se mais representadas nas classes etárias compreendidas entre os 20 e os 35 anos, bem como acima dos 65 anos.

A faixa entre os 40 - 55 é bastante diminuta, quer para o sexo feminino quer para o masculino.

Gráfico IV - Pirâmide etária da população-alvo



Estas verificações levam-nos a concluir que, pelo menos neste Bairro, a população "deslocada" é, para além da infantil, fundamentalmente constituída por homens e mulheres em plena idade de procriação e que têm a seu cargo parentes mais idosos (quase sempre a mãe do marido). Para além disso, é também de salientar que as mulheres são, em 63% dos casos, as chefes de família interinas; isto é, substituem o homem na família quando este se encontra a trabalhar fora.

Como iremos ver mais adiante, homens com actividade profissional são, na sua maioria, mineiros e, dentro desta categoria, a maior incidência está nos que possuem entre 30 e 40 anos. Também a maioria das mulheres se encontra dentro deste escalão etário, sendo em elevado número casadas com homens do mesmo grupo de idade.

3.4. Actividade profissional

O objectivo deste item é a análise das condições de participação da população "deslocada" no processo produtivo, em particular no mercado de trabalho, e as características específicas de alguns grupos dessa população face à sua situação na actividade económica do tecido urbano.

A situação face ao trabalho – como principal meio de subsistência das pessoas – constitui uma peça fundamental para o reconhecimento dos níveis de degradação social e económica deste conjunto de famílias. *

É a relação presente e passada das pessoas com o mundo do trabalho que exerce a influência mais preponderante sobre os seus níveis de vida e sobre a sua participação na vida social.

As famílias, cujos representantes activos com emprego a tempo inteiro, e, sobretudo, aquelas em que mais de um membro trabalha, são, claramente, menos ameaçadas pela pobreza do que as famílias em que os representantes não trabalham, seja por razões de desemprego, de doença, de deficiência, seja por velhice. Isto é, a probabilidade de os indivíduos ou famílias caírem em situação de pobreza apresenta-se muito superior para os inactivos e para os activos desempregados.

No caso da população estudada, verifica-se que 53% das famílias se encontram, à partida, dentro da categoria de pobreza

extrema. Estas compreendem o leque de situações em que o agregado é chefiado por mulheres (f=27) ou por homens em completa inactividade quer por doença quer por velhice (f=5) e, ainda, por homens exercendo actividades temporárias, sem remuneração fixa (f=2).

No conjunto da população em análise, verificamos ter havido uma mudança na sua situação face ao trabalho em virtude da deslocação para a cidade.

No caso das pessoas que responderam ao inquérito (f=64), apenas 14 mantiveram a mesma actividade profissional. As restantes 50 mudaram de ocupação, conforme pode ser visto nos quadros que se seguem.

HOMENS

Actividade profissional	Antes da vinda p/cidade		Após vinda p/cidade	
	(f)	%	(f)	%
Camponês	7	27	0	0
Pastor	4	14	0	0
Oleiro	1	4	1	4
Mineiro	7	27	8	31
Servente	1	4	1	4
Mecânico	1	4	0	0
Latoeiro	1	4	1	4
Músico	1	4	0	0
Professor	1	4	1	0
Empregado de mesa	0	0	2	9
Proprietário "Chapa 100"	0	0	1	4
Trabalhador ferroviário	0	0	1	4
Empreg. escritório	0	0	1	4
Artesão	0	0	1	4
Estudante	1	4	0	0
Militar	1	4	1	4
C/activ. temporária	0	0	2	9
S/actividade	0	0	5	19
TOTAL	26	100	26	100

MULHERES

Actividade profissional	Antes da vinda p/cidade		Após vinda p/cidade	
	(f)	%	(f)	%
Camponesa	30	79	1	3
Curandeira	2	5	2	5
Modista	2	5	1	3
Socorrista C.V.	1	3	1	3
Vendedeira	0	0	15	39
Doméstica	1	3	18	47
Estudante	2	5	0	0
TOTAL	38	100	38	100

Em ambos os sexos, as actividades relacionadas com a vida rural foram abandonadas e, em sua substituição, não foram encontradas alternativas seguras. No caso dos homens dessa categoria, verificamos que os sete camponeses e os quatro pastores de gado passaram para a classe dos inactivos.

Quanto às mulheres, 79% desenvolvia a actividade agrícola antes de chegar à cidade. A transição para a vida urbana e a necessidade de sobrevivência desencadearam uma viragem no seu estilo de vida obrigando-as a encontrar uma qualquer forma de subsistência que, no caso em análise, é a revenda de produtos alimentares nos "dumba nengue" ou mercados da cidade. Nesta categoria estão 15 mulheres (39% do total das entrevistadas), cujas idades se situam maioritariamente entre os 30 e os 35 anos. As que optaram por esta via são as que têm família a cargo e não têm qualquer outra fonte de rendimento.

As mulheres que possuem marido, quer em casa, quer a trabalhar fora identificaram a sua profissão como doméstica, embora tenha sido possível verificar alguns casos em que a mulher se dedica também à venda de bebidas tradicionais na sua própria casa.

No grupo das mulheres entrevistadas (f=38), 18 dizem serem hoje domésticas (47%), o que significa que não contribuem directamente para o orçamento familiar. Saliente-se que, neste conjunto, existem quatro assumindo a chefia das respectivas famílias, as quais são essencialmente constituídas por crianças e velhos.

Entrando na caracterização global da população constante

da amostra, relativamente à sua situação perante o trabalho, apurámos os seguintes dados conforme se observa nos quadros seguintes:

POPULAÇÃO ACTIVA(5)

Situação perante o trabalho	Homens		Mulheres		Homens/Mulheres	
	(f)	%	(f)	%	(f)	%
A exercer activ. profissional	100	17	26	4	126	21
Desempregado/ /Não exercendo nenhuma actividade	24	4	38	7	62	11
A prestar serviço militar	6	1	0	0	6	1
TOTAL	130	22	64	11	194	33

POPULAÇÃO INACTIVA (6)

	Homens		Mulheres		Homens/Mulheres	
	(f)	%	(f)	%	(f)	%
Reformado	1	0,2	0	0	1	0,2
Doméstica	0	0	111	19	111	19
Estudante	80	14	54	9	134	23
Pop. dos 0-4 anos	40	7	36	6	76	13
Pop. dos 5 aos 14 anos que não frequenta a escola	43	7	28	5	71	12
TOTAL	164	28	229	39	393	67

- (5) População activa: "É constituída por todas as pessoas dos dois sexos que fornecem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços. Compreende as pessoas ocupadas bem como as desempregadas" In. Bureau Estatística das Nações Unidas

Das 587 pessoas-alvo do estudo, apenas 194 são consideradas população activa; isto é, com potencialidades de desenvolverem uma actividade remunerada (33%). Isto significa que 67% das pessoas tem de ser suportadas pelas restantes. A agravar ainda mais esta situação encontramos, dentro da população considerada activa, uma faixa de 35% que não tem trabalho neste momento, portanto vivendo também dependente dos que trabalham.

Assim, juntando a população activa sem trabalho à população inactiva verificamos que 79% da população total é sustentada pelos restantes membros (21%).

Dentre os que exercem uma actividade profissional, alguns há cuja situação é extremamente insegura quer em termos da duração do trabalho quer em termos do salário auferido. Senão vejamos:

– Dos homens com trabalho ($f=100$), 87 trabalham por conta de outrém em actividades essencialmente manuais como pedreiro, mecânico de automóveis, carpinteiro, operário de construção civil, servente, etc. enquanto os restantes desenvolvem actividade por conta própria (13%). Destes últimos, quatro tem negócio próprio ("chapa 100", barracas de comes e bebes nos dumba-nengue) enquanto que os outros nove apenas têm actividades temporárias e de rendimento baixo e instável.

Relativamente às mulheres que trabalham fora de casa encontramos sete que vivem, ainda, da machamba (mesmo enfrentando a insegurança da guerra, estas mulheres saem da cidade e ficam durante algum tempo em zonas próximas do seu local de residência anterior cultivando os produtos que, depois, irão vender nos mercados urbanos); três que continuam a exercer a actividade de medicina tradicional no bairro; uma como empregada doméstica numa casa da cidade de cimento e as restantes dedicando-se à venda de produtos diversos no dumba-nengue (58% do total).

Quanto ao desemprego, este afecta tanto homens como mulheres, embora em maior escala o sexo masculino. Das pessoas que se consideraram desempregadas (isto é, que já procuraram emprego e não no encontraram), quatro são homens e uma é mulher. Em termos etários, constatámos que ao nível dos homens a situação de desemprego e inactividade afecta primordialmente os jovens entre os 15 e 24 anos e os que se encontram acima dos 60 anos. Relativa-

(6) População inactiva: "As pessoas que se ocupam da casa; os estudantes; os reformados e todos os que não fazem parte da população activa" In: op. cit.

mente aos primeiros, o que se verifica é que a sua baixa escolaridade, interrompida nalguns casos pela fuga do local de origem, a ausência de uma formação profissional específica e uma vivência social muito limitada ao bairro onde vivem, constituem algumas das causas que conduzem à apatia e a uma inércia para modificarem o seu desolador estilo de vida.

No caso dos mais velhos, as razões passam pelas suas condições físicas, a par da inexistência de qualificações para poderem trabalhar, mesmo em actividades para as quais não é exigida escolaridade, como é a profissão de guarda ou servente. Na população em análise, os homens que encontraram emprego na cidade situam-se, em 60%, na faixa etária dos 30-35 anos. Os mais novos, isto é, dos 20 aos 29 anos e que trabalham são essencialmente mineiros na África do Sul. Acima dos 50 anos, encontramos agricultores, artesãos e oleiros, portanto actividades ligadas ao seu estilo de vida anterior.

Das mulheres que têm uma actividade verificamos, também, que tanto as que se dedicam, ainda, à agricultura como as curandeiras, têm idades acima dos 40 anos, o que vem, mais uma vez, reforçar o facto de serem as pessoas mais velhas que continuam apegadas aos padrões de vida rural. Quanto às vendedeiras de "dumba-nengue", a sua média de idades corresponde a 30 anos. Sem qualificações para arranjam outro trabalho – porquanto mais de 70% não domina o português e não tem qualquer grau de escolaridade – este conjunto de mulheres teve de se adaptar ao meio na procura de outras formas de vida como estratégia para a sobrevivência diária.

Este fenómeno, observável em todos os bairros suburbanos de Maputo, é sintoma da existência de uma dinâmica que, apesar de ser posta em causa pelos malefícios que produz, reflecte o processo de integração da população rural dentro do esquema sócio-económico urbano. Entre os inactivos considerados no segundo quadro, encontramos uma maior percentagem de mulheres que não têm outra actividade senão a de cuidar das tarefas domésticas. Estão neste caso 111 mulheres (38% do total da população feminina deste estudo). Mais representativas desta situação são as mulheres entre os 20-24 anos (23%), seguidas das jovens entre os 15-19 anos (16%), e as 25-29 anos (13,5%). Dos que vivem de uma reforma de aposentação apenas encontramos o caso de um indivíduo do sexo masculino com mais de 65, pelo que não tem qualquer expressão

em termos numéricos.

Quanto à população mais jovem, encontramos dois tipos de situação distinta: os que vivem na dependência de familiares porque frequentam a escola (23%) e os que, tendo idade para estudar, não frequentam nenhum grau de ensino nem desenvolvem nenhuma outra actividade (12%). No caso dos que estudam, os rapazes estão em maioria relativamente às raparigas. A percentagem de estudantes do sexo masculino dos 5 aos 19 anos em relação ao total de indivíduos da amostra dentro destas classes de idades é de 57,5% e, em relação às raparigas, essa percentagem é, apenas, de 45%.

Iremos analisar mais pormenorizadamente a problemática do nível de instrução no próximo item; no entanto, há, ainda, a dizer a este propósito que a percentagem de rapazes entre os 5 e os 14 anos que não frequenta a escola e não faz nenhuma outra coisa é superior à das raparigas na mesma situação. Enquanto que essa percentagem é de 43% para os rapazes, para as raparigas é, apenas, de 32%.

Em suma, a análise da situação desta população perante o trabalho mostra a existência de uma grande quantidade de famílias, abaixo da linha de pobreza, pois se, por um lado, as formas encontradas para a sobrevivência se assumem com carácter pontual e descontínuo, no caso das que vivem dos pequenos biscates e das vendas nos "dumba-nengue" por outro lado, as famílias em que existe uma fonte de rendimento fixo através do trabalho estável de, pelo menos, um dos seus membros, apresentam agregados familiares muito elevados conduzindo ao desequilíbrio entre o que há para gastar e o que é preciso adquirir com dinheiro para a satisfação das necessidades básicas. Com uma taxa bruta de actividade económica de 57,6%, isto significa que, mesmo que todos os desempregados e sem actividade neste momento (e que se situam entre os 15 e os 64 anos) consigam arranjar trabalho, 42,4% da população total estudada viverá dependente dos que trabalham.

Tendo em conta que 8% das famílias não têm nenhum membro activo que aufera rendimento e que 25% apenas tem um activo para um agregado médio de 8 pessoas, é de concluir que a situação económica desta comunidade é bastante periclitante.

3.5. Nível de instrução

Um dos factores mais reveladores do nível de vida de uma comunidade urbana é, paralelamente com a situação profissional dos seus activos, o grau de instrução da comunidade global e a taxa de frequência escolar das crianças e jovens.

Na comunidade "deslocada" do Bairro de Urbanização encontramos uma situação muito similar à que se pode encontrar noutros bairros da cidade e até mesmo do país. A grande carência de infra-estruturas escolares, em função do número de alunos, conduz à situação de grande percentagem destes ter de ficar fora do sistema de ensino, sendo na cidade de Maputo os filhos dos "deslocados" os primeiros a engrossar esse caudal. Claro está que a causa não se prende só com a falta de escolas mas também com outros factores intimamente relacionados com a sua condição de refugiados de guerra.

Nas 64 famílias entrevistadas tentámos não só quantificar as pessoas em função do seu nível de escolaridade, mas também relacionar o analfabetismo dos pais com a frequência da escola pelos seus filhos. Conforme podemos observar no Gráfico V (grau de instrução da população por grupos etários e sexos), existe uma proporção considerável de analfabetos relativamente ao total da população. Somando os homens e mulheres que não sabem pelo menos assinar o seu nome obtemos 102 pessoas, o que corresponde a uma taxa de 18% relativamente ao total da população, à excepção das crianças com menos de 5 anos.

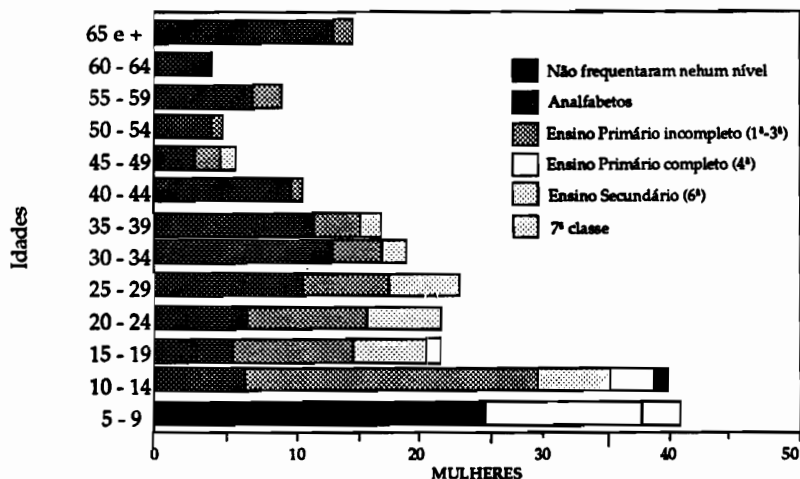
Em termos de resultados por sexos, as mulheres constituem a maior percentagem com 30% (f=78) e os homens 11% (f=29).

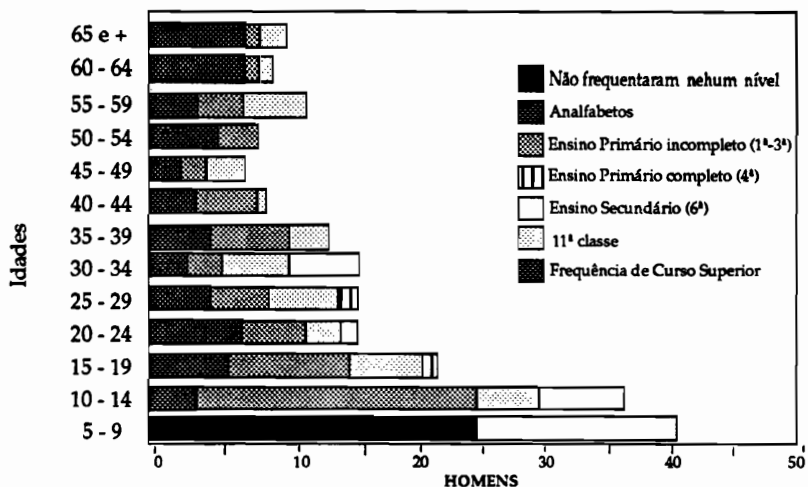
No caso das mulheres, o número de analfabetas é maior nas classes etárias 30 - 34, 35 - 39, 40 - 44 e acima dos 65 anos. São estas as vendedeiras de "dumba nengue" e as domésticas que caracterizamos atrás. No caso do sexo masculino, as classes de idades mais representativas da falta de escolarização não são as mesmas que as das mulheres situando-se um pouco mais abaixo, entre 15-19 e 20-24, embora haja também bastantes casos de homens com mais de 60 anos. Os jovens com estas características são dentro do quadro da população activa alguns dos que referimos como desempregados ou não exercendo nenhuma actividade, por não conseguirem arranjar emprego na cidade. Em termos globais, as mulheres apresentam em todas as faixas etárias resultados muito inferiores aos dos homens.

Com o ensino primário do primeiro grau incompleto (abaixo da 4ª classe de escolaridade) há 47% de homens e 36% de mulheres. A maioria, quer em homens quer em mulheres, refere-se aos que têm entre 10 e 14 anos, portanto os que ainda estão a estudar. Com a 4ª classe de escolaridade existem 17% de homens e 13% de mulheres. As classes de idades onde isto mais acontece situam-se, em ambos os sexos, nas pessoas mais jovens, isto é, nas que frequentaram a escola após a Independência do país e que têm entre 15 e 24 anos. Os que estão acima deste nível de escolaridade, portanto com a 6ª classe e mais são, fundamentalmente, homens dos 18 aos 39 anos.

É de salientar que a escolaridade máxima das mulheres desta amostra é a 7ª classe e que, acima dos 35 anos, não existe nenhuma com escolaridade superior à 4ª classe.

Gráfico V - Grau de instrução da população por grupos etários e sexos





Nos homens a situação é um pouco melhor, havendo até um elemento a frequentar o Ensino Superior. Embora a taxa de escolarização seja maior nos homens do que nas mulheres – realidade característica das comunidades rurais dos países pobres – também a partir dos 35 anos não existe nenhum com instrução superior à 6ª classe.

No que se refere às crianças em idade escolar, dissémos há pouco que dentre o seu conjunto existe um significativo número de crianças que não frequentam a escola. Na faixa etária dos 5-9 anos, idade em que normalmente se inicia a vida escolar, há 28 meninos e 27 meninas que ainda não tiveram essa oportunidade, portanto 23% do total das crianças desta idade. Na faixa dos 10-14 anos, a par dos analfabetos que correspondem a 3%, existem 5% de meninas e 7% de rapazes que não conseguiram ter vaga nas escolas da cidade, encontrando-se hoje sem poder estudar.

Dos 32 que estudam e estão também nesta faixa etária verificamos que existem 27 a frequentar a 2ª classe (83%), dos quais 50% têm entre 12 e 14 anos. Esta situação, tem não só a ver com a entrada tardia no sistema de ensino mas também com o elevado índice de repetência escolar detectado (dos jovens entre os 10 e os 14 anos a frequentar a escola 35% já repetiu uma classe pelo menos uma vez) ocasionado pelas múltiplas deficiências que enfrentam no seu dia-a-dia, a que se alia todo o clima de caos psicológico que a fuga da guerra lhes provocou.

Para além disto, refira-se, ainda, que muitas destas crianças ficaram, pelo menos sem um dos seus progenitores, vivendo hoje com outros parentes como avós ou tios. Nesta amostra, encontramos 15 crianças nessas condições, das quais 6 têm idades entre os 6 e os 14 anos. Nenhuma destas crianças vai à escola.

Também as crianças cujos pais são analfabetos são aquelas que estão mais privadas de frequentar a escola. Das 20 famílias onde encontramos crianças com mais de 8 anos sem frequentarem a escola, 60% dos responsáveis por estas eram analfabetos. Questionados sobre as razões que levavam a criança a ficar fora da escola, a sua maioria salientou a necessidade de esta ajudar nas tarefas domésticas, para além de não terem dinheiro para a compra do material escolar.

Pelos dados aqui apresentados, verifica-se que também no que se refere ao nível de instrução, esta população acusa carências, nomeadamente nos grupos de população com mais tendência para se acomodarem à vivência urbana e que são os jovens e os casais entre os 30 e os 40 anos, como haveremos de ver no último item deste capítulo.

3.6. Condições de habitação

As diversas formas de habitar, bem como as tipologias de habitação são um elemento fundamental para avaliar os níveis de vida das pessoas e, ao mesmo tempo, o grau de desenvolvimento das áreas urbanas. Em Moçambique, a guerra e o intenso fluxo migratório campocidade, principalmente após 1975, têm vindo a afectar de tal modo os centros urbanos que se pode falar de uma autêntica "crise urbana".

Esta crise urbana, ou crise do modo de vida urbano é hoje sentida em quase todo o mundo, mas com maiores repercussões em todos os que habitam nas grandes cidades dos países menos desenvolvidos principalmente das camadas mais pobres. Tal crise não se circunscreve ao problema da existência e qualidade do alojamento – o qual é, já por si, um grande problema. É muito mais vasta e está associada a uma multiplicidade de factores: insuficiência, má qualidade e degradação dos alojamentos; inexistência e saturação das infra-estruturas e equipamentos colectivos, falta de espaços lúdicos e de lazer, deficiências da rede de transportes e cujas implicações sobre a degradação do ambiente urbano e da qualidade de vida das populações são por demais conhecidas.

Ao nível do Bairro onde reside a comunidade que temos vindo a estudar podem-se verificar quase todas as insuficiências que acima referenciámos. A par do desordenamento espacial e da alta densidade habitacional quer na área semi-urbanizada (25%) quer na não-urbanizada (75%), encontramos más condições de higiene em quase todo o espaço do bairro o que se poderá relacionar com a falta de infra-estruturas sanitárias em quantidade e qualidade para o conjunto da população.

As casas, construídas de vários tipos de materiais, predominando o caniço com 1033 habitações contra 351 de madeira e zinco e 306 de alvenaria, reflectem os níveis sócio-económicos dos seus habitantes e o tipo de ligação que mantém com o espaço.

Esta conclusão, embora retirada de forma superficial, tem a sua razão de ser pela observação das acentuadas diferenças entre a zona habitada pelos deslocados e a parte mais antiga do Bairro. No que se refere a estes, vivem maioritariamente em condições extremamente más quer em termos da habitação quer em termos do ambiente envolvente. Aqui, no período das chuvas, o nível da água chega a atingir os telhados das casas.

Os níveis de degradação e insalubridade a que está submetida uma larga faixa desta população, como veremos na análise dos resultados do inquérito, conduzem-nos à visualização de uma "ilha de miséria urbana" comparando com o padrões correntes de vida urbana. Mesmo existindo um certo número de famílias que atingem rendimentos acima do limiar da pobreza, as carências que apresentam no domínio da habitação e na satisfação das necessidades básicas de conforto colocam-nas numa situação de "pobreza material" ⁷.

Os dados que recolhemos e os cruzamentos de variáveis que fizemos acerca da problemática da habitação desta população pretendiam examinar as suas condições de habitabilidade em termos gerais e relacionar a situação profissional do chefe da família, bem como as suas aspirações futuras com a tipologia da habitação actual.

Os talhões concedidos pelo G.D. às diversas famílias não apresentam tamanhos idênticos, havendo até disparidades bastante

(7) "O facto de uma família (ou indivíduo) se encontrar em situação de carência relativamente a uma determinada necessidade (alimentação, vestuário, alojamento...) não implica necessariamente, que esteja em estado de privação em relação às restantes necessidades, embora se verifique na prática que a carência num domínio está normalmente associada a carência noutra domínio." In: Costa, A.B. "A pobreza em Portugal" - Publ. Caritas. 1985

acentuadas. Nos casos que estudámos, existe uma relação directa entre o espaço disponibilizado e o ano de fixação da família; isto é, as famílias com mais de 2 anos de residência no bairro têm talhões acima dos 100m² (medida convencionada pelo G.D. quando se iniciou o afluxo massivo de pessoas em 1989) e as que chegaram há menos de 1 ano têm valores muito inferiores. Encontramos como situações extremas 1 família de 7 pessoas com um espaço de 10X6 e 1 com 5 pessoas com um talhão de 40X20. Para além disto, verificámos também que algumas zonas destinadas apenas aos deslocados foram ocupadas por pessoas que não se inserem nessa categoria, pois vieram para a cidade ainda antes do início da guerra mas às quais o Grupo Dinamizador atribuiu um espaço para a construção de habitação, o que contribuiu, sem dúvida, para uma maior superlotação desta área já completamente saturada.

Tal como não existe homogeneidade no espaço disponível/família, o mesmo acontece com o tamanho da casa e a sua disposição dentro do talhão. Relativamente ao tamanho da casa, este constitui um indicador muito importante para se analisar as condições de habitabilidade das famílias, as quais, no caso em estudo, apresentam agregados numericamente muito elevados constituídos por diversos núcleos familiares, em muitos deles, partilhando o mesmo espaço. As constatações que fizemos são as seguintes:

- Espaço útil da habitação abaixo dos 15m² : 3 famílias (agregado médio de 6 pessoas) - 5%.
- Espaço útil da habitação entre os 15 e os 30 m²: 26 famílias (agregado médio de 6 pessoas) - 41%
- Espaço útil da habitação entre os 31 e os 50m²: 11 famílias (agregado médio de 10 pessoas) - 17%
- Espaço útil da habitação acima dos 51m²: 6 famílias (agregado médio de 10 pessoas) - 9%

Em função destes valores, verificamos que nas famílias que têm casas inferiores a 15 m² o espaço destinado a cada uma é de 1,5m². À medida que a dimensão das habitações vai crescendo apesar de se manterem os elevados números de membros dos agregados, o espaço disponível por pessoa também é maior: 2,3m² para quem tem casa entre os 15 e os 30m² e 6,4m² para o nível imediatamente superior.

Aliada a esta sobre-ocupação das casas em mais de 50%

das famílias, o que afecta tanto a saúde física e psíquica dos seus elementos como os seus padrões de relacionamento familiar, encontramos também o facto de algumas das habitações não terem divisões interiores (7 famílias), fazendo com que toda a gente da casa durma no mesmo lugar.

Devido às carências económicas da maioria das famílias, e porque os materiais de construção têm de ser adquiridos, 8 das famílias entrevistadas não têm um espaço específico para cozinhar, sendo essa tarefa feita ao ar livre ou debaixo da "varanda da casa".

Existe uma grande disparidade em mais de 40% dos casos entre o espaço da habitação e o tamanho do talhão e que poderá ter uma das possíveis interpretações à luz dos hábitos de vida rural e da consequente apropriação do espaço. Embora os talhões sejam pequenos para a maioria das famílias, observámos que cerca de 50% tenta ter uma pequena plantação que normalmente é de mandioqueiras, roubando desse modo espaço à área da casa. É também uma forma pontual de combate à fome e de não esquecer as práticas de vida anteriores.

Dentre os materiais de construção utilizados na construção, das 64 casas abrangidas pelo estudo, 49 eram de caniço com cobertura de zinco e de formato rectangular (76,5%), 2 de caniço e cobertura de lona, 3 de madeira e zinco, 3 de blocos de cimento sem revestimento e cobertura de zinco e as restantes 7 (11%), com 3 ainda em construção, de alvenaria.

No que se refere ao estado de conservação dos materiais, as mais recentes apresentam bom aspecto, apesar de muito poucas serem maticadas. Tal facto, ocasionado, por um lado, pelos hábitos de construção da população do sul do país e, por outro lado, pela falta de matéria-prima apropriada, faz com que a sua resistência seja muito mais frágil e permita a entrada da chuva e do vento, principalmente nas habitações das famílias mais pobres. Pela exiguidade de dinheiro estas constroem as casas com pouca quantidade de caniço, o qual como sabemos tem de ser adquirido e os estaleiros existentes tanto no Bairro de Urbanização como nos bairros antigos. Das 49 casas construídas neste material só uma família diz não ter gasto qualquer quantia na sua construção. As restantes pagaram pela construção preços que vão dos 50 000 aos 750 000 Meticais. A maior aplicação na construção e os maiores gastos efectuados são das famílias que possuem elementos a trabalhar na África do Sul.

Quanto às casas construídas, ou ainda em construção, de

material definitivo pertencem às famílias que disseram não querer voltar já ao seu local de anterior residência. Embora tenham sido avisadas pelo G.D. de que não deveriam fazer nenhuma construção que não fosse de material precário, dado o carácter transitório da ocupação e de aquela zona do bairro ser imprópria para a fixação de pessoas, estes "deslocados" assim como outros migrantes que ocuparam esta área não acataram esta ordem.

Existem outros casos em que a família começou por construir uma habitação de material precário e, dado o tempo de fixação ser já dilatado, foi iniciando uma casa de carácter definitivo. Dentro desta tipologia de habitação (alojamento clássico) encontramos características similares no modo de vida e nas expectativas dos chefes dos agregados. Com famílias numerosas, são em 80% dos casos homens com idades entre os 30 e os 35 anos que já têm um emprego na cidade. É curioso verificar que não são estas famílias que apresentam os mais altos rendimentos do total das entrevistadas, o que nos leva a reflectir sobre o conjunto de motivações que levam determinados grupos de pessoas a serem atraídos pelo modo de vida urbano, motivações essas que não se prendem exclusivamente com a mira dos maiores ganhos que a cidade permite mas também com factores de ordem psicológica dos indivíduos e da sua capacidade de adaptação ao meio.

As famílias com maiores rendimentos são maioritariamente aquelas cujos chefes são mineiros na África do Sul, mas cujas casas foram construídas em material precário. Quando questionados sobre a hipótese de ficarem na cidade após o fim da guerra só 10 do total de 52 aceitaram tal hipótese (19%). Em relação directa com a questão da habitação e da fixação temporária ou definitiva das famílias está também o tipo de infra-estruturas e de equipamentos colectivos que têm ou não à sua disposição. Como dissemos já, anteriormente, o Bairro de Urbanização apenas está urbanizado em 25% correspondendo este espaço à sua zona mais antiga. Aí, alguns dos moradores têm luz eléctrica nas casas e é também aí que está a maior parte dos fontanários para o abastecimento de água à população, assim como os escassos equipamentos colectivos de âmbito social: uma Escola Primária, um campo de futebol e uma cooperativa de consumo.

A zona da lixeira, separada do núcleo antigo do bairro pela vala de drenagem, tendo sido desocupada da sua função inicial encontrava-se, até à chegada dos "deslocados", sem qualquer utilização esperando a implementação de um plano já existente que previa a construção de um conjunto de equipamentos colectivos para a

população permanente do bairro. Assim sendo, as famílias que aí se vieram instalar não tinham sequer uma fonte para abastecimento de água, problema que se manteve até à altura em que realizámos este trabalho. Para além da falta de água, que obrigava a população a ter de adquirir cada lata de água aos residentes da outra zona do bairro e do Bairro da Mafalala por 20 ou 30 MT, não existe qualquer tipo de abastecimento de energia eléctrica. Também as condições do saneamento são das piores, dada a inexistência de latrinas em 20% das casas entrevistadas. Quanto às restantes, feitas em material de qualquer tipo, servem, em muitos casos, não só para a defecação mas também para tomar banho.

A exiguidade do espaço em muitos dos talhões leva a que a latrina seja feita mesmo junto à porta da habitação e lado a lado com a cozinha, gerando situações de insalubridade, o que constituiu uma ameaça constante à saúde da comunidade. Nenhuma das casas possuía "latrina melhorada" apesar de haver um estaleiro de venda destas no próprio Bairro de Urbanização e cada unidade custar somente 5.000 MT.

Mesmo nas casas em alvenaria, não é dada grande atenção à construção da latrina, embora em todas elas tenha sido possível observar dois compartimentos separados: um servindo de latrina e o outro de casa-de-banho.

Passaremos, agora, à análise dos equipamentos domésticos e de outros bens necessários à vida doméstica – indicador que permite também avaliar a qualidade de vida das pessoas e o esforço compreendido pelas mulheres para a manutenção da família.

Como refugiadas de guerra, muitas destas famílias, para conseguirem escapar com vida da zona de origem deixaram todos os seus bens na casa onde viviam. Em 60% dos casos, não conseguiram trazer mais nada a não ser mantas e algum vestuário. Daí que as suas casas actuais estejam bastante desprovidas quer de mobiliário (30 famílias não têm nenhuma cama na sua casa – 47%; 10 famílias nem sequer têm uma mesa para tomarem as refeições – 15%) quer de outros bens mais valiosos.

Do total das famílias, só 3 têm um pequeno fogão a gás para cozinhar (5%) e 4 um candeeiro "Petromax" para iluminação (6%). Todas as restantes utilizam ou o carvão ou a lenha quer para a cozinha quer para a iluminação (95%). Quanto a outro tipo de equipamentos de uso corrente na vida urbana as carências detectadas também são algo significativas. O aparelho de rádio é o

bem com maior presença no conjunto das famílias (f=49 - 75% do total das famílias), apesar de mais de metade dos seus possuidores falar da falta de dinheiro para a compra das pilhas.

Com meio de transporte próprio encontramos 7 famílias (1 pessoa em cada) possuindo uma bicicleta; 4 outros inquiridos com motorizada e 4 mineiros possuindo carro adquirido em 2ª mão na África do Sul.

A apreciação que temos vindo a fazer demonstra, nas suas múltiplas abordagens, que também as condições da habitação e do meio circundante destas famílias apresenta carências profundas. Se por um lado esta será uma situação de passagem para algumas delas, para a grande maioria este constitui já o local de residência permanente. Sem quaisquer condições para a vida humana, este local não só vai pondo em causa a saúde de toda a comunidade mas influencia também negativamente os seus hábitos de higiene e, numa outra perspectiva, os seus padrões morais e de comportamento social.

Pelas características físicas e estrutura espacial das casas e dos arruamentos (caminhos apertados e acidentados), esta zona, à semelhança de muitas outras dos subúrbios da cidade de Maputo, apresenta condições propícias ao desenvolvimento de actividades criminosas, aliás, um dos problemas sentidos por todas a população-alvo deste estudo.

3.7. Aspectos psicossociais

A apreciação desta vertente permite o reconhecimento das características comportamentais, de carácter individual e social das pessoas em função do meio onde vivem, o que permitirá ver os seus níveis de integração e de participação nos processos económico, social e político da sociedade. Vários teóricos da marginalidade social partilham a opinião de que:

- às situações de pobreza urbana corresponde uma certa desintegração social e, mais concretamente, um isolamento em relação ao contexto urbano envolvente.
- a desintegração social exprime-se, entre outros aspectos, numa desorganização social interna, a qual, por seu

turno, dificulta a participação política e comunitária. Neste caso específico, a fuga à guerra agrava ainda mais essa desintegração social na medida em que se faz acompanhar por uma desordem da personalidade individual gerando normalmente um estado de anomia relativamente à vida.

Como hipótese de trabalho, iremos considerar duas dimensões:

- 1^a - a traumatização e o desequilíbrio psíquicos provocados pela guerra, para cuja apreciação se tomaram, como indicadores, as experiências tidas por cada uma das famílias relativamente à morte de parentes e às situações de terror vivido e que ocasionaram a fuga.
- 2^a - a desinserção em relação ao interior do próprio bairro onde reside a população "deslocada" e numa perspectiva mais ampla, o seu isolamento em relação à cidade envolvente, para cuja apreciação se tomaram como indicadores no primeiro aspecto, a manutenção das tradições e práticas culturais anteriores nas festividades da família; a existência ou não de relações de amizade e cooperação com os novos vizinhos e com os que vivem na parte antiga do bairro; e, no segundo aspecto, os diferentes tipos de contactos que a população "deslocada" estabelece ou não com a cidade (comércio, transportes, serviços, emprego, etc.).

3.7.1. Os efeitos da guerra na família e razões que levaram à fuga do local de residência anterior

A sociedade moçambicana vive, hoje, os efeitos da guerra, os quais se manifestam em todos os quadrantes da vida do País. Contudo, existem determinados grupos de pessoas que têm sido mais atingidos directamente, como é o caso da população que temos vindo a estudar. Quer famílias que entrevistámos quer muitas outras que residem no espaço da lixeira, quase todas têm um relato macabro sobre o que presenciaram e, pelo menos, perderam um membro da família.

Nas 64 famílias que estudámos, 40 (62%) tiveram uma experiência directa com B.A.'s; isto é, todas elas viram as suas casas queimadas, bens roubados e parentes mortos ou raptados. Das 43 mortes de parentes directos das pessoas entrevistadas, 6 correspondiam a crianças e jovens com menos de 14 anos; 4 a pessoas dos 20 aos 30 anos; 10 a pessoas dos 30 aos 45 anos e 23 a pessoas com mais de 50 anos. Na sua maioria as principais vítimas foram do sexo masculino muitos deles com o estatuto de chefe do agregado familiar. No que se refere aos raptos havidos, no total das famílias foram 72 pessoas, das quais 40 continuam com paradeiro desconhecido.

Tirando estas 40 famílias que foram alvos directos da acção do banditismo armado, as restantes 24 fugiram aquando de ataques quer a algumas casas da aldeia onde viviam quer a povoações próximas, embora tenham também mortos (14) e raptos (9) a lamentar. Das 64 famílias, 35 perderam todos os haveres que possuíam incluindo, nalgumas delas, cabeças de gado, instrumentos agrícolas e, até, bens de maior valor como motorizadas e carros (7 famílias).

Encontrámos, nas diversas famílias, uma estrutura complexa: 5 ou 6 núcleos diferentes (um homem ou uma mulher com alguns filhos), crianças órfãs e idosos sem filhos vivendo com outros parentes mais afastados. Esta estrutura mostra que a guerra, para além dos estragos morais e económicos que provocou, alterou completamente a organização familiar e social dos indivíduos. Pelos relatos feitos por alguns entrevistados e pela situação de muitas mulheres e crianças vítimas de raptos e violações, denota-se também a existência de traumatismos psíquicos profundos que, mesmo com o fim da guerra, deixarão graves sequelas se não for levada a cabo uma terapia adequada. É digno de registo o caso de uma mulher de 32 anos, raptada duas vezes e violada por diversos homens e que após ter sofrido todos estes tormentos conseguiu fugir e encontrar a família aqui na cidade de Maputo. Hoje, ela é uma mulher com um comportamento perturbado, com dificuldades em raciocinar e abandonada pelo marido após este ter sabido do seu contacto com outros homens.

Tal como esta mulher dependente de familiares afastados e sem nenhuma hipótese de recuperação à vista, foi-nos dado a observar um conjunto significativo de crianças sem pais, como já atrás referimos, e muitas outras apresentando sintomas de subnutrição e de ausência de cuidados médicos. Embora estejamos a lidar com o fenómeno "refugiados de guerra" que apresenta particularidades mais chocantes

noutros pontos do país, essa não constitui uma razão para não alertarmos para os perigos em que esta comunidade, como muitas outras da cidade de Maputo, se encontra a todos os níveis da sua existência.

Abalada a estrutura familiar, destruída a rede de relações sociais entre famílias e vizinhanças, esquecidos os padrões da cultura partilhada durante gerações, o que fica são as imagens das mortes presenciadas, das fugas sem destino e os esforços levados a cabo num dia-a-dia todo feito só para sobreviver, mas que, no dizer destes deslocados, "é o melhor do mundo porque aqui não chega a guerra".

3.7.2. Formas de vida no actual local de fixação em termos de alimentação; saúde; interacção social

Além de ser, em si, uma necessidade básica, a alimentação tem uma influência determinante na saúde e, de uma forma mais ou menos directa, afecta também os níveis de produtividade na escola e no trabalho. A escolha de uma determinada dieta alimentar está, por seu lado, dependente de diversos factores, não só sensoriais, mas sobretudo sócio-culturais e económicos. Daí que se registem assimetrias no consumo de alimentos entre as várias camadas sociais da população e entre as diferentes regiões do país.

Apesar de não termos tido acesso a informação sistematizada sobre os níveis nutricionais da população das zonas suburbanas da cidade de Maputo, são conhecidas as difíceis condições económicas em que a maioria dessa população hoje vive, impossibilitando o acesso a uma boa dieta alimentar.

Na população em estudo, o tipo de alimentação seguido pela maioria apresenta bastantes carências, particularmente de proteínas animais, de alguns minerais, especialmente cálcio e ferro, e de algumas vitaminas, sobretudo B2, A e C.

Do total das famílias inquiridas, 65% dizem apenas tomar uma refeição por dia, que é quase sempre a da noite. As restantes famílias afirmam tomar duas refeições e encontramos, nestes casos, somente as famílias com um rendimento mensal fixo.

O grupo de alimentos consumido diariamente é composto essencialmente por chá, como "mata-bicho" e produtos hortícolas

na refeição principal. A carne e o peixe nunca foram referidos como alimentos de consumo quotidiano, havendo 35% das famílias que referiram consumir tais alimentos somente em dias festivos.

Da breve análise que fizemos sobre a questão da alimentação das famílias pode concluir-se, grosso modo, que esta população está longe de possuir uma alimentação completa e equilibrada, sendo de denotar um regime alimentar marcado pela carência de nutrientes essenciais, principalmente na alimentação das crianças.

A fome está também presente e, embora não se encontre generalizada pelo simples facto de existir, constitui um problema grave. Mais preocupante se torna se pensarmos que as referidas situações de carência alimentar se têm vindo a acumular desde a saída das famílias dos seus locais de origem: 52% das famílias dizem alimentar-se, hoje, pior do que no local onde viviam anteriormente. Das 64 famílias, 55% (f=35) possui agregados entre 7 e 12 pessoas; 27% (f=17) entre 4 e 6 membros e 19% (f=12) mais de 13 membros. A análise dos rendimentos em função das despesas mensais e do número de pessoas por agregado familiar permitiu-nos tirar as seguintes ilações:

- Em todas as categorias, mais de 60% do rendimento declarado pelas famílias é gasto em alimentação;
- 63% das famílias gasta 80% do seu rendimento nas despesas de alimentação;
- À medida que o número de pessoas sobe nos agregados desce o montante disponível/pessoa para alimentação;
- Nas famílias com agregados entre 4 e 6 membros, o montante/pessoa para alimentação é de 666 MT diários;
- Nas famílias com agregados entre 7 e 9 membros o montante/pessoa para alimentação é de 466 MT diários;
- Nas famílias com agregados entre 10 e 12 membros, o montante/pessoa para alimentação é de 366 MT diários;
- Nas famílias com agregados acima de 13 membros, o montante/pessoa para alimentação é de 200 MT diários.

Tomando em consideração os preços actuais dos produtos alimentares básicos, tudo nos leva a concluir que uma percentagem bastante elevada desta população possui carências alimentares graves, as quais tomam repercussões bastante preocupantes nos casos das famílias sem rendimentos fixos e das que não possuem nenhum indivíduo activo.

Em termos de saúde – outro dos indicadores fundamentais para a caracterização do estado individual e social de uma comunidade – a população "deslocada" do Bairro de Urbanização apresenta também défices. A saúde é muitas vezes identificada com a ausência de doença mas, de facto é mais do que isso. Segundo a O.M.S., por Saúde deve entender-se "o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas intelectuais e morais do homem" (O.M.S.1975). Enquanto bem adquirido, a saúde começa por estar relacionada com uma herança genética. Ao longo das diversas etapas do desenvolvimento físico e psíquico do indivíduo, novas "quantidades" e qualidades de saúde (destreza, força, etc.) vão-se acumulando mantendo ou depreciando por efeito de factores como a alimentação, a habitação e o saneamento básico, o meio ambiente, condições de trabalho, o nível de instrução, a cultura, estilos e hábitos de vida, etc.

Se é certo que são inúmeros os factores que influem sobre o nível de saúde das populações, é, também, certo que este exerce grande influência sobre as condições de vida dos indivíduos. Um baixo nível de saúde transporta consigo não só a doença mas também a degradação da vida daqueles na medida em que significa uma incapacidade para o exercício eficaz de actividades requeridas no trabalho, na escola, na sociedade em geral.

Em diversos estudos feitos acerca de comunidades pobres urbanas do mundo ocidental, um dos resultados generalizados é que os próprios inquiridos percebem a saúde como um bem essencial "mais importante que o dinheiro" considerando na definição de pobre "aquele que não tem saúde".

Na população que temos vindo a estudar, tentamos perceber parcialmente, embora, qual o valor dado à saúde pelos indivíduos respondentes ao inquérito. O que pudemos apreciar é que mais de 80% dos respondentes não têm consciencializada a importância da saúde como um bem a preservar, o que tem, no nosso entender, não só a ver com o estado de pobreza patente em todos os aspectos da sua vida que os leva apenas a preocuparem-se com o presente e lhes retira a capacidade de obter vantagens ou fazer planos para o futuro, assim como lhes dá um sentido de resignação e fatalismo suscitado não só pelas realidades da sua situação difícil, mas também pela ausência de uma Educação para a Saúde que conduza à interiorização de comportamentos preventivos da doença. Claro está que, vivendo esta comunidade num meio tão insalubre e em ínfimas condições de habitação, alimentação e saneamento do meio, é fatal a existência

de grande proporção de doenças, no seu seio.

Na altura em que realizámos o inquérito, 12 do total das famílias (19%) tinham, pelo menos, um membro doente, com especial incidência em crianças com idades inferiores a 10 anos. Das 64 famílias, 51 (80%) tinham já tido casos de doença entre os membros dos seus agregados incidindo as principais doenças em anemias, malária, diarreias e problemas respiratórios. Para além destes casos terá havido certamente outras, mas os respondentes não as souberam caracterizar.

As instituições de saúde a que recorreram estas famílias nos casos de doença verificados foram, em 76% dos casos, os Hospitais, 20% os Centros de Saúde e somente 4% afirmam ter recorrido aos curandeiros do bairro.

A maioria das famílias recorre ao hospital quando existem já sintomas de doença. Os que recorrem aos Centros de Saúde são bastante poucos, o que pressupõe uma sobrecarga dos serviços centrais de saúde ao nível da cidade, se este for o comportamento-tipo dos "deslocados" que hoje vivem em Maputo.

Uma observação digna de registo, refere-se à baixa percentagem de famílias que dizem recorrer ao "curandeiro" para tratar das doenças dos seus familiares. Uma presumível razão poderá estar associada a que a presença na cidade durante bastante tempo, conduz a que haja maior acesso aos serviços de saúde, por parte desta camada de pessoas e também um maior nível de informação sobre a importância destes na resolução dos problemas de saúde. Contudo, a origem rural da comunidade, associada ao seu baixo nível de vida e às deficiências dos Serviços de Medicina Preventiva do Ministério da Saúde, que não conseguem cobrir toda a população da cidade, estarão na origem da baixa percentagem de cuidados de saúde primários prestados, principalmente à população infantil.

Das famílias que possuem crianças (f=58 - 90% do total), 33% referiram que estas ainda não tomaram as vacinas obrigatórias, apesar de terem já ultrapassado a idade própria. As razões apontadas não foram muito explícitas, havendo alguns inquiridos (f=5) que dizem ter perdido os cartões de vacinação na altura em que abandonaram as suas zonas de origem. As restantes 12 famílias afirmam que as crianças já tomaram algumas das vacinas obrigatórias, mas foi-nos possível observar nos cartões de vacinação a que tivemos acesso que a muitas delas, faltava tomar duas doses. As vacinas mais correntemente tomadas eram as da poliomielite, sarampo e tétano. Somente 26

famílias (45% do total) referiram que as crianças tomaram todas as vacinas exigidas, mas não nos foi possível confirmar tais dados na maioria dos casos. É, também, ao nível da população infantil, como grupo mais vulnerável, onde tinha ocorrido o maior número de mortes na comunidade (f=5) cujas causas a maior parte dos inquiridos não conseguiu diagnosticar.

Em termos gerais e apesar da falta de educação na comunidade para a prevenção das doenças e manutenção da saúde, este conjunto de famílias reconhece ter agora maior acesso a cuidados de saúde do que nas zonas onde vivia antes da guerra apesar de muitas delas não possuírem dinheiro suficiente para recorrer facilmente ao hospital e adquirir os medicamentos necessários aos tratamentos das enfermidades. Se por um lado, a maior concentração dos serviços de saúde na cidade se transforma num benefício para esta comunidade, por outro lado, o tipo de doenças que ela apresenta está inteiramente relacionado com o seu actual meio ambiente e condições de habitabilidade, do qual não se se pode dissociar a alimentação deficiente e, a um outro nível, uma vida familiar e social completamente descaracterizada.

Relativamente à integração social das famílias considerámos, num sentido estrito, as relações sociais existentes, por um lado, entre famílias deslocadas e, por outro lado, entre estas e os residentes estáveis, dos quais estão separadas pela vala de drenagem; e, num sentido lato, a relação que os "deslocados" mantêm com a cidade de Maputo.

As relações entre famílias "deslocadas" são condicionadas, essencialmente, pela proximidade da residência, dentro do espaço do bairro e pelo mesmo local de residência, na terra de origem. Entre essas famílias, particularmente as que vêm de Magude, existem boas relações de vizinhança que se manifestam essencialmente nos actos de solidariedade entre famílias, no que concerne a empréstimos de bens alimentares de uma a outra família ou de pequenos objectos domésticos; e, ainda, no apoio moral em caso de falecimento de algum membro da família. Os empréstimos em dinheiro praticamente não existem, já que as condições económicas de mais de 60% das famílias são muito más.

Posta a questão sobre como são festejados os principais acontecimentos da vida familiar, como seja o nascimento de um novo membro ou o casamento de um parente do agregado, cerca de 75% das respostas foi que não é aí possível ter condições para a realização

dos festejos, tal como faziam no local de proveniência. As razões apontadas vão desde as dificuldades de natureza económica, que não permitem comprar a comida e a bebida para os convidados à separação das famílias e da própria casa o que impede, por exemplo, que os mortos sejam enterrados no mesmo local onde o foram os seus antepassados.

As relações com o resto do bairro quase não existem. Para os habitantes da zona da lixeira, o espaço onde residem é o Bairro Magude; isto é, não faz parte do Bairro de Urbanização. Este facto prova que os "deslocados" constituíram uma comunidade à parte, a qual não suscita opiniões positivas por parte dos residentes estáveis do bairro. Para estes, os "deslocados" são os responsáveis pelo aumento da criminalidade que, nos últimos tempos, se tem vindo a acentuar. Também os "deslocados" criticam os residentes estáveis, na medida em que os não deixam utilizar o único fontanário que ali existe, obrigando-os a comprar a água nos seus quintais.

Este conjunto de situações verificadas, faz-nos deduzir que, quando os recursos são escassos e desproporcionados em relação aos utilizadores, cria-se a tendência para a instalação de um descontentamento e mal-estar colectivo, o qual chega, em diversos casos, a transformar-se num problema social. Para além dos poucos laços existentes com o bairro em si, o grau de relacionamento mantido com a cidade deriva de várias circunstâncias: o emprego; a idade; as condições económicas.

Dos respondentes ao inquérito, somente 30% reflecte algum conhecimento do espaço físico da cidade, o que demonstra movimentação regular nas suas ruas. Dos que não têm o hábito de sair do bairro ou das zonas circundantes aparecem-nos as mulheres vendedeiras de "dumba-nengue" (exceptuando-se as que vendem no Xipamanine e no Mercado Central - (f=4) que vendem os seus produtos no mercado Mazambane, dentro do bairro, e os homens sem emprego ou reformados a partir dos 50 anos.

Os jovens desempregados, entre os 15 - 24 anos, têm o hábito de sair para os bairros contíguos, nomeadamente para o bairro da Mafalala, em busca de amigos e, muitas vezes, de actividades pouco recomendáveis (segundo a opinião de alguns entrevistados). As relações com a cidade estão essencialmente baseadas no emprego já que para a realização das outras necessidades como seja a aquisição de vestuário ou de alimentação, tudo se centra à volta do local de residência e bairros limítrofes. As saídas do local de

residência são essencialmente para fora da cidade nomeadamente no caso de algumas mulheres que ainda persistem em ir à machamba, em Manhiça e Magude.

Estas apreciações permitem-nos concluir que, apesar de se constituir como uma comunidade, este aglomerado de pessoas não se percebe como tal, já que comunidade "é um agrupamento organizado de pessoas que se percebem como unidade social cujos membros participam de alguma acção, interesse, elemento, objectivo ou função comum, com consciência de pertença, situados numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas interactua mais intensamente entre si que em qualquer outro contexto" ⁸. E, no caso dos "deslocados de guerra" do Bairro de Urbanização tanto as relações sociais internas como externas não apresentam consistência nem a realização de objectivos comuns.

4. APRECIACÕES GERAIS BASEADAS NOS DESEJOS EXPRESSOS E EXPECTATIVAS FUTURAS DA POPULAÇÃO

Uma das últimas partes do inquérito pretendia recolher informação sobre o sentimento da comunidade "deslocada" relativamente ao seu futuro, no período pós-guerra, o que implicou uma auscultação das suas necessidades presentes e futuras.

Os tipos de respostas que obtivemos surgem em sintonia com as diferentes características das pessoas entrevistadas e o modo como se integraram no ambiente urbano. Das 64 famílias entrevistadas, 18 (28%) disseram abertamente não pretender regressar ao seu local de origem após o fim da guerra; 16 referiram a hipótese de a maioria dos membros do agregado familiar regressar, ficando na

(8) In: Ander Egg, Ezequiel "Metodología y Prática del Desarrollo de la Comunidad" 10ª edição, Unieuropana, Terragona, 1980.

cidade o chefe do agregado e as crianças que se encontrem a estudar. Quanto aos restantes, pretendem voltar mas para tal necessitam de apoio governamental para relançarem a sua vida (80% destes solicitou o apoio em instrumentos de produção e transporte dos seus bens para o local de origem).

Dos que não pretendem voltar, na medida em que conseguiram emprego e gostam do ambiente citadino, estão os respondentes das classes de idades entre os 18 e os 35 anos, principalmente os do sexo masculino. É de salientar que, mesmo os jovens desempregados dizem pretender viver na cidade após o fim da guerra, o mesmo se passando com algumas raparigas solteiras que se justificam dizendo "que a vida na cidade é mais fácil". Apenas os idosos e os que se encontram, hoje, sem possibilidade de arranjar emprego continuam a manter um saudosismo sobre as casas, as machambas e os cajueiros que deixaram há anos atrás.

Apesar das múltiplas dificuldades de se enquadrarem na vida urbana, principalmente pela ausência de recursos económicos e de não poderem pôr em prática o cerne da sua cultura espiritual, a cidade é um polo de atracção pelo "brilhantismo" das lojas, das luzes, das melhores oportunidades e das facilidades que, apesar de tudo, não se comparam às deficiências da vida rural, principalmente após uma guerra de mais de 15 anos que acabou por destruir não só os bens materiais mas também uma boa parte da memória colectiva do povo.

Revitalizar isso é, sem dúvida, tarefa grandiosa mas necessária o que implicará levar de volta so seu habitat pessoas que, fora do ambiente rural, transformarão as cidades do país numa "subcultura da pobreza."⁹

"Os traços económicos mais característicos compreendem uma luta constante pela sobrevivência, desemprego e subemprego; salários baixos; uma miscelânea de ocupações não especializadas; trabalho de menores; ausência de economias; ausência de reservas alimentares em casa, o sistema de comprar frequentemente pequenas quantidades de alimentos, várias vezes ao dia, à medida que é necessário; desconfiança nos hospitais onde "só se vai para morrer" (...). Por tudo isto, a cultura da pobreza é um estilo de vida altamente estável e persistente. Tem as suas modalidades e consequências sociais e psicológicas distintas para cada membro. Constitui um factor dinâmico que atinge a esfera da participação numa cultura nacional

(9) In: Lewis, Oscar "os filhos de Sanchez", 2ª edição. Moraes Editores Col. Mundo Imediato, Lisboa, 1979.

mais ampla e se converte, ela própria, numa subcultura".

Alterar este sentido das coisas será, certamente difícil já que o crescimento urbano em todo o mundo tem sido engrossado por caudais de pessoas que, por esta ou aquela razão, saem do local onde sempre viveram, em busca de uma vida melhor.

Só a realização de um conjunto de acções multisectoriais, envolvendo o Estado e as organizações que lutam pelo desenvolvimento, poderão estimular a revitalização das infra-estruturas rurais e o ressurgimento de novas condições de vida para a população "deslocada" do País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcão, Alberto - Mobilidade Geográfica da População de Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian. Centro de Estudos de Economia Agrária, Lisboa, 1990

Ander Egg, Ezequiel - "Metodologia y Prática del Desarrollo de la Comunidad", 10ª Edição Unieuropana, Terragona, 1980

Costa, A.B. - A Pobreza em Portugal
Publicações Caritas, Lisboa, 1985

Lewis, Oscar - "Os Filhos de Sanchez" - 2ª edição
Moraes Editores - Col. Mundo Imediato, Lisboa, 1979

Ratilal, Prakash - "Enfrentar o Desafio", Ed. Globo, Maputo, 1990

Outras publicações consultadas:

Bureau de Estatística das Nações Unidas

Jornal Guardian, 14/01/1990

Sociedade e Território - vol. 7 - Revista Estudos Urbanos e Regionais, Lisboa,
Julho, 1988